

*Texto de uma conferência pronunciada em Kassel (Alemanha) em fevereiro de 1994

CARTA SOBRE DIALÉTICA O QUE É DIALÉTICA?*

Carlos R. V. Cirne Lima
PUC-RS

1. As duas linguagens

Analíticos e Dialéticos argumentam e disputam, uns com os outros, sem jamais se entender. É porque falam línguas diversas, cada um com a suas características próprias. São duas línguas diferentes com sintaxes diferentes. Os analíticos, para expressar algo, utilizam frases ou proposições compostas de sujeito, predicado e cópula (respectivamente de argumento e função), somente tais construções sintáticas possuem um valor de verdade, apenas elas, não os conceitos, são verdadeiros ou falsos. Na linguagem dialética, entretanto, tais proposições compostas de sujeito e predicado não são, via de regra, utilizadas na argumentação. As "idéias" de Platão e os "conceitos" de Hegel, porém, sempre possuem um valor de verdade e sempre apresentam algo como verdadeiro ou como falso (as idéias se atraem mutuamente, elas entram em conflito e se repelem, elas se reúnem), mesmo que quase nunca se desdobrem explicitamente em sujeito e predicado. Esta diferença fundamental de estrutura sintática dá a ambas as línguas características próprias, tornando-as radicalmente diferentes uma da outra. Aí reside a razão mais profunda por que Analíticos e Dialéticos discutem um com os outros sem jamais se entender. Se quisermos nos entender, há que se fazer a tentativa de captar o que é dito numa língua para, então, pegar o pensamento puro (como se isso

fosse possível) e, depois, reformulá-lo e traduzi-lo para a outra língua. Ora, tanto nas ciências como também nas falas articuladas de nosso dia-a-dia, utilizamos hoje quase que exclusivamente a linguagem analítica com sua estrutura própria constante de sujeito e predicado explícitos; hoje este modo de falar analítico é considerado, se não absolutamente claro e evidente, pelo menos facilmente compreensível por todos. É por isso que, partindo do mais claro para o mais obscuro, fazemos aqui a tentativa de dizer em linguagem analítica o que é dialética.

2. O Princípio de Não-Contradição

O Princípio da Contradição a ser evitada não diz que contradições não existam de fato, diz apenas que contradições não devem existir. No começo da lógica não há, pois, um “É necessário” — um operador modal tradicional —, mas um “Não deve” — um operador deôntico —, o qual mais tarde se desenvolverá também como Ética. Este princípio normativo diz três coisas. Ele diz, primeiro, que contradições não devem existir, embora elas às vezes de fato existam. Este é o sentido universalíssimo e absolutamente válido do Princípio de Não-Contradição. Ele diz, em segundo lugar, que dito e contradito muitas vezes sim, quase que habitualmente, se anulam um ao outro, porque um deles sendo verdadeiro o outro é falso. Em tais casos, diz o Princípio de Não-Contradição, deve-se conservar e reter apenas a proposição verdadeira, a outra deve-se jogar fora por ser falsa. É neste segundo sentido, que não é universalíssimo e onibramentemente válido (a anulação de um pólo através do outro acontece freqüentemente, mas não sempre — isso vale sempre dos contraditórios, nem sempre dos contrários), que se enraíza tudo aquilo que chamamos de Analítica. Em terceiro lugar, é formulada, aí, no Princípio de Não-Contradição, uma instrução de pensar e de falar que pode ser formulada como segue: Se tanto o dito como o contradito parecem ser, ambos, por igual verdadeiros (e assim não se pode reter um como verdadeiro e jogar fora o outro como falso), então se deve, já que a verdade simultânea de ambos é logicamente impossível, distinguir diversos aspectos no sujeito e do sujeito. Assim se evita predicar e não predicar o mesmo atributo do mesmo sujeito sob o mesmo aspecto. Isso sempre deve ser evitado. Através das distinções feitas no sujeito da predicação, este é como que reduplicado, há, aí, um sujeito lógico duplo. Na Idade Média isso era chamado de “propositio explicativa”, em certos casos de “propositio reduplicativa”. Em tais casos um mesmo atributo é predicado e não predicado do mesmo sujeito, mas sob aspectos diferentes. Este terceiro sentido do Princípio de Não-Contradição, que como o segundo não é universalíssimo e não está desde sempre efetivado é o fundamento de toda a Dialética. Isso é preciso mostrar a seguir.

3. O sujeito lógico da predicação dialética

3.1 Na tríade dialética tanto a tese quanto a antítese são, conforme a tradição, proposições falsas; só a síntese que delas resulta é que é verdadeira. Esta é a maneira de proceder no "jogo de contrários" de Platão, assim é em Hegel. Pressupomos, por isso, como hipótese de trabalho, que tanto a proposição tética como também a proposição antitética são falsas, ou que ambas possam ser demonstradas como sendo falsas. Duas proposições contraditórias, porém, jamais podem ser simultaneamente falsas; quando uma delas é falsa, a outra é, por necessidade lógico-formal, sempre verdadeira. Disso se conclui de maneira rigorosamente exata que tese e antítese não são proposições contraditórias mas, sim, proposições contrárias. Proposições contrárias não podem ser simultaneamente verdadeiras, mas podem ser simultaneamente falsas. Exatamente aqui — e somente aqui — abre-se o espaço no qual a dialética se desenvolve. A primeira conclusão importante a que chegamos é, portanto, que a dialética é, sim, o jogo dos contrários, jamais o jogo dos contraditórios. Expresso de outra maneira, significa que no discurso dialético tese e antítese só podem ser formuladas sob a forma de proposições universais, uma delas positiva, a outra negativa. O sujeito lógico, tanto a proposição tética como da antitética só pode ser um universal; trata-se, aí, falando a linguagem do "quadrado lógico" dos autores medievais, de proposições de tipo "A" (tese) e de tipo "E" (antítese).

3.2 O que é este universal que é posto aí como sujeito da predicação dialética? De que se fala quando se faz Filosofia Real? Platão e o Cusano nos dão, a este respeito, indicações, Hegel no-lo diz clara e expressamente: na Lógica fala-se sempre do Absoluto. Na Lógica as assim chamadas categorias são atributos que são predicados de Deus. Assim como as categorias o dizem, assim é o Absoluto, assim é Deus antes de criar o mundo. De acordo com Hegel o sujeito lógico da predicação dialética é, pelo menos naquela parte do sistema que se chama Lógica, sempre o Absoluto. Mas como estamos esboçando um projeto de sistema que se quer crítico, não podemos pressupor o Absoluto assim sem mais, como se fosse um tiro disparado de uma pistola; por isso começamos com aquilo com o que o começo da ciência deve ser feito. Não pressupomos nada de determinado, nem mesmo o Absoluto enquanto determinado, fazemos assim um começo que não tenha nenhuma pressuposição. Mas quem não está a pressupor nada de determinado, pressupõe tudo de forma indeterminada. — Tomamos todas as coisas, sejam elas existentes ou apenas possíveis, e colocando-as à esquerda de uma linha imaginária. À direita dessa linha há, de início, apenas um espaço vazio. Este é o espaço do sistema filosófico no qual deveremos repor criticamente tudo aquilo que foi pressuposto e, como tal, colocado à

esquerda. Este "repor" é uma reconstrução, esta reconstrução é a Filosofia, o método da Filosofia é a dialética, o sujeito lógico da proposição dialética é tudo aquilo que foi pressuposto de forma indeterminada: "Todas as coisas". A proposição dialética na Ciência da Lógica tem, portanto, sempre a seguinte forma "Todas as coisas são x", sendo que "x" aí significa um predicado. — Hegel, como se sabe, não fala de "Todas as coisas" e sim do absoluto, ou na Fenomenologia, da verdade e essência de "x" (A verdade e a essência da certeza sensível estão na subjetividade, respectivamente na objetividade, na conciliação de objetividade e subjetividade etc.). Proponho a expressão "Todas as coisas" para que apareça com clareza maior que o sujeito lógico da predicação é um universal, que se trata aí de uma proposição com sujeito lógico universal, com isso diminui o perigo de que se confunda o contrário com o contraditório, o que levaria a aporias insolúveis.

4. A Hermenêutica e a descoberta do primeiro predicado

Para formular uma primeira proposição dialética, que se compõe de sujeito e predicado. Qual é este primeiro predicado? O que pode e deve ser dito de todas as coisas? O que é tão simples e tão universal que pode ser predicado de todas as coisas? Qual é esta primeira e simples determinação? Olhamos o espaço à esquerda da linha imaginária, onde tudo — isto é, todas as coisas — estão pressupostas de maneira indeterminada, e verificamos que tudo "é", que tudo está "sendo", que tudo de alguma maneira é ser. Aí levantamos a tese: "Todas as coisas são ser". Esta constatação que aparece como a primeira tese do sistema é uma determinação lógica ulterior, é uma diferenciação do sujeito lógico, ela diz algo a mais sobre o sujeito, algo que o sujeito já desde sempre era mas que não havia sido expresso. Essa diferenciação não se faz nem por dedução a priori nem por inferência lógica, ela é uma descrição hermenêutica. A gente olha para aquilo que foi pressuposto e constata que tudo "é". Isto é uma descrição hermenêutica. O método dialético lança mão deste exato lugar do método hermenêutico; isto significa que há um momento hermenêutico dentro daquele todo maior que é a dialética. Os predicados da proposição dialética não são, portanto, conceitos construídos a priori e sim oriundos do espaço onde foram colocados e onde se encontram todas as pressuposições. Os predicados da proposição dialética não são construídos, eles são encontrados: eles estão preexistentes e existem desde o começo à esquerda da linha imaginária onde está tudo aquilo que foi pressuposto. O filósofo sobrevoa com o olhar este espaço das coisas pressupostas e escolhe dentre elas (aí estão contidas também as determinações conceituais) aquele conceito que, por um lado, é oníabrangente e, pelo outro lado, tão simples que sirva de predicado para a primeira proposição do sistema. A procura e a des-

coberta de um tal conceito é um trabalho hermenêutico. E deste modo formula-se a primeira tese que se revela como sendo falsa. Aqui começa a marcha da dialética.

5. O método analítico e a demonstração da falsidade da tese

A tese que diz todas as coisas são ser é uma proposição falsa. Este valor de verdade "é falso" não surge do nada; uma tal falsidade precisa ser demonstrada de maneira convincente. A marcha da dialética começa com uma tese que é falsa e passa por uma antítese que também é falsa, mas o método dialético como tal não sabe por si só se uma determinada proposição é verdadeira ou falsa. De início sabe-se tão-somente — assim ensina a tradição filosófica — que apenas uma proposição falsa serve como tese ou antítese de uma tríade dialética. Em se querendo falar de tese ou de antítese, é preciso sempre demonstrar que a referida proposição é falsa. Aqui, exatamente aqui, é que o dialético utiliza o método analítico. — Como referência a esta primeira tese do sistema que diz que "Todas as coisas são ser", a falsidade da proposição emerge e fica patente quando se mostra a contradição performativa aí existente. — Quem determinar alguma coisa e diz apenas que esta coisa a ser determinada é "ser", um tal falante determina algo como sendo indeterminado, ele determina algo como o ser indeterminado. Há nisso uma contradição performativa que torna evidente a falsidade da proposição. — A falsidade da tese (como também da antítese) precisa ser demonstrada no curso da dialética, como aqui foi feito, de maneira analítica. Este é o lugar onde o método dialético se entrelaça com o método analítico, ficando a Análise como momento interno dentro da Dialética. — Constatada a falsidade da tese, segue a marcha da dialética. A tese é falsa, não se pode, portanto, permanecer nela de maneira racional. O pensamento é expulso do âmbito da tese e surge assim a antítese.

6. A Hermenêutica e a gênese da antítese

6.1. A proposição antitética está, como foi mostrado mais acima, não em oposição contraditória e sim em oposição à tese. Só assim é possível que ambas, tese e antítese, sejam simultaneamente falsas; em oposição contraditórias, uma sendo falsa, a outra é sempre verdadeira. Quando se trata de dialética, isto é, quando ambas, tese e antítese, são falsas, então sempre se trata de proposições que estão em oposição contrária. Isso significa que à tese "Todas as coisas são ser" deve ser contraposta a antítese "Todas as coisas não são ser" ou "Nada é ser". Isto está perfeitamente correto, pois proposições contrárias podem ser construídas

a priori de maneira totalmente lógica. A gente parte de uma determinada proposição universal afirmativa e constrói a proposição universal negativa correspondente. Platão, o Cusano e Hegel, porém, procedem de outra maneira. Os dialéticos utilizam na elaboração de antíteses quase sempre um conceito novo que eles tiram do grande cesto onde se encontram todas as pressuposições que foram feitas no início. Os dialéticos não utilizam proposições bem formadas à maneira da analítica aristotélica, eles trabalham com "idéias" e com "conceitos" nos quais sujeito e predicado não estão desdobrados logicamente. Sem esta diferenciação, porém, entre sujeito lógico e predicado lógico não se pode construir aprioristicamente proposições contrárias. Quando os dialéticos, portanto, querem dizer um pólo contrário — não o contraditório —, eles têm que utilizar um conceito completamente diferente do que foi usado na tese. O conceito contrário a "amor" ("philesis") não é "não-amor" e sim "contra-amor" (em grego "antiphilesis"); "não-amor" é contraditório de "amor". Tomando-se "amor" e "não-amor" juntos, têm-se o universo de todas as coisas existentes e possíveis. Tomando-se, porém, "amor" e "contra-amor" juntos, têm-se apenas uma pequena parcela do universo, neste caso "datur tertium". Opostos contraditórios, quando somados, totalizam o universo, contrários, não. Como os dialéticos não utilizam proposições bem formadas, constituídas de sujeito e de predicado, não lhes é possível distinguir contrários e contraditórios apenas através de sua sintática; como, porém, lhes é indispensável fazer tal distinção, eles precisam lançar mão de conceitos completamente diferentes que expressem os pólos contrários. Os analíticos, entretanto, que distinguem oposições contrárias e contraditórias por sua forma sintática, não precisam fazer isso. Se quisermos dizer em linguagem analítica aquilo que os dialéticos estão a falar, então mister se faz aprender a tratar com ambas as formulações da antítese, com ambas as construções lingüísticas. A primeira é analítica e pode ser construída a priori, ela é a negação contrária da tese e diz "Todas as coisas não são ser", a segunda, a que é usada pelos dialéticos, diz "Todas as coisas são nada". Tais proposições que se repetem no curso ulterior do sistema nem sempre significam exatamente a mesma coisa. Este é o motivo por que é preciso muito cuidado na passagem de uma formulação para a outra, na elaboração e na interpretação da antítese. Este é o lugar onde entra, de novo, a Hermenêutica.

6.2. A falsidade da antítese tem que ser demonstrada por argumentos, em cada caso, sempre de novo. Esta demonstração é feita pelo método analítico. A primeira antítese do projeto de sistema "Todas as coisas são nada" contém uma contradição performativa e é, por isso, racionalmente insustentável; este valor de verdade "é falso" sem o qual não há nenhuma antítese dialética genuína, foi obtido aqui através do método analítico.

6.3. Foi demonstrado que tanto a tese como a antítese são falsas. Isso não pode ficar assim, pois o espírito que permanece na falsidade perde

sua racionalidade e vira contra-senso. Um tal espírito, deturpado como irracionalidade e contra-senso, de acordo com o Princípio de Não-Contradição, não deve ser. E é por isso que somos expelidos da posição tética e da posição antitética e precisamos procurar um espaço onde se possa morar racionalmente. Assim se chega à síntese dialética na qual os pólos antes opostos de forma excludente se conciliam, já agora, sem contradição: "coincidentia oppositorum".

7. A descoberta, respectivamente, a formação de sínteses

7.1. Sínteses devem existir. Pois não se pode morar na falsidade e na autocontradição. Se o fizermos, entretanto, viramos planta, viramos contra-senso e ficamos um ser monstruoso e aí a longo prazo só há uma perspectiva: o processo corrosivo de autocontradição e, ao final, a autodestruição. A razão deve ser, é por isso que devemos procurar uma síntese sempre que formos expelidos de posições téticas e antitéticas. Uma tal síntese às vezes é descoberta já pronta, às vezes ela tem que ser engendrada. Se encontrarmos já preacente na linguagem ou na História uma síntese pronta acabada, ótimo; a tarefa do Filósofo consiste, então, em reconstruir logicamente essa conciliação de pólos que estavam em oposição contrária e em examiná-la em sua coerência interna, como também em sua coerência com o restante do projeto de sistema, respectivamente, com o processo global do universo. Quando, porém, não se encontra uma síntese pronta e acabada, já preexistente, deve-se criar uma síntese que corresponda aos pólos contrários. Em tais casos a proposição sintética precisa ser inventada de forma criativa. Sínteses preexistentes e síntese engendradas por criação têm uma característica em comum: nelas a contradição entre os pólos contrários foi superada e guardada ("Der Widerspruch wurde aufgehoben").

7.2. "Aufheben" ("superar e guardar") significa aqui, como em Hegel, tanto superar, dissolver, desfazer, como também guardar, conservar, manter. A contradição existente entre tese e antítese é dissolvida; é bom que seja assim, pois contradições em princípio não devem existir. A contradição só é boa se e enquanto ela é superada (como "aufgehoben"). A dissolução da contradição acontece aqui da mesma forma que já os mestres pensadores da Idade Média indicavam, a saber, através da distinção de aspectos. É falso que todas as coisas sejam ser; é falso também que todas as coisas não sejam nada. As coisas pressupostas e colocadas à esquerda da linha imaginária são tanto ser como, por igual, nada. Ambas as proposições tem como sujeito lógico "Todas as coisas", o predicado da primeira é o "ser", o da segunda é o "nada". Ambas são falsas se cada predicado é tomado sozinho e isolado do outro. Se queremos fazer justiça à realidade, precisamos usar ambos os predicados ao mesmo tempo. Mas como eles são contraditórios, um contra o outro,

um excluindo o outro, é preciso, então, distinguir aspectos. Esta distinção de aspectos — em oposição à doutrina e à praxe dos pensadores aristotélicos da Idade Média — não pode ser efetivada no âmbito do sujeito lógico; pois na Ciência da Lógica não se pode abandonar o sujeito universalíssimo da predicação dialética. Logo, é preciso fazer a necessária distinção no âmbito dos predicados. “Ser” e “nada” mostram-se predicados não satisfatórios e por isso precisam ser descartados. O que pode ser posto no lugar das determinações conceituais descartadas como impróprias? Agora é preciso olhar para o mundo pressuposto e nele procurar hermeneuticamente um predicado no qual tanto “ser” como também “nada” estejam superados e guardados como que em proporção igual. Aí a gente encontra — e aqui a Hermenêutica volta à baila — na linguagem e na tradição filosófica o conceito de “dever”. No dever o ser fica nada e o nada fica ser. Por isso que “dever” é pode ser usado como predicado da proposição sintética “Todas as coisas são dever”.

7.3. Assim como é possível que exista mais de uma antítese, assim também pode ser que haja mais de uma síntese. Para o conceito de “amor” (“philesis”), por exemplo, há tanto o conceito antitético de “contra-amor” (“antiphilesis”), como o de “desamor”, e também o de “ódio”. Dependendo do que se toma como antítese, a síntese é outra.

7.4. Mesmo quando se trata da mesma antítese, ocorre frequentemente que mais de uma síntese seja possível. A síntese, por exemplo, entre facções em luta pode consistir em tréguas mais ou menos curtas, em tratados de paz com as mais variadas nuances e até em compreensão fraternal. Diversas sínteses existem aí prementes, respectivamente, diversas formas sintéticas podem ser engendradas. Como se deve, por princípio, evitar contradições, a escolha da síntese é uma ação ética. Deve-se, na vida prática, escolher aquela síntese na qual a contradição está melhor superada e guardada. Em exercícios teóricos é necessário, para não perder a visão do conjunto, repassar diversas alternativas. A listagem completa e exaustiva de todas as antíteses e de todas as sínteses correspondentes não é algo factível, pois, como foi visto acima, as antíteses não são dadas (ou construídas) a priori e de forma necessária e sim a posteriori e de forma contingente. “e por isso que o sistema de Filosofia dialética não é um sistema dedutivo e sim um sistema aberto, tão somente um projeto de sistema. Filosofia continua sendo apenas amor à sabedoria, sem jamais transformar-se num sistema completo e acabado do saber.

8. Como a síntese de novo vira tese

8.1. Esta síntese é uma proposição verdadeira, pois todas as coisas estão realmente em dever, elas são um dever. Mas esta proposição que se

apresenta primeiramente como sendo verdadeira possui uma verdade apenas relativa, ela não é toda a verdade, ela não é a totalidade que deve ser. A verdade é o todo ("per definitionem") e o todo é sempre mais do que uma primeira e provisória síntese. A proposição "Todas as coisas são um devir" não expressa devidamente a riqueza do mundo pressuposto à esquerda da linha imaginária. As coisas pressupostas são muito mais ricas e complexas do que aquilo que é dito pelo conceito "devir". Até o ato de pensamento e de fala que expressa isso já é muito mais do que aquilo que está sendo expresso pelo predicado. O ato de pensar e falar determina aí, nesta predicação, o sujeito lógico de uma maneira insuficientemente determinada, isso é uma contradição performativa a qual se repete em todas as sínteses, exceto a última, e é isso que impulsiona sempre de novo a marcha da dialética.

8.2. Esta última síntese tem que existir. Pois o movimento da dialética existe de fato — estamos nele — e movimento de fato existente pressupõe e é sempre movimento possível, o movimento que é possível pressupõe sempre que o último fim dele também é possível. Pois o movimento para o impossível é um movimento para o nada, e um movimento para o nada é o nada do movimento, um tal movimento não se movimentaria. Ele se movimenta. Logo conclui-se que a última síntese do movimento tem que ser possível; isto é, a dialética não pode ser uma dialética apenas negativa. A idéia absoluta que pode ser é também algo que deve ser. — Não se pense, entretanto, que este fim último do movimento dialético seja externo ao processo dialético, isto é, que seja um ser tão somente transcendente. Pelo contrário, como o fim último desde sempre está sendo antecipado no movimento, como o ideal de estar livre de contradições sempre está sendo antecipado na realidade dos discurso, como a transcendência sempre é um momento imanente pressuposto em cada etapa do processo dialético, a última síntese desde sempre existe e está dada de maneira circular. O fim aí vira um novo começo. Isto já deveria ser evidente, pois síntese é, por princípio, sempre de novo uma nova tese. Este é mais um motivo por que o sistema da Filosofia só pode articulado como um projeto de sistema, um sistema sempre aberto. A Filosofia continua sendo apenas amor à sabedoria, fragmentária e incompleta.

Endereço do autor:
Av. Oscar Pereira, 5322
91712-320 — Porto Alegre — RS